RUBENS GRANJA

**ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL:
VISÃO ATUAL DA TEORIA**

Tese de Doutorado

Orientadora: Professora Associada Doutora Patrícia Faga Iglecias Lemos

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2020

RUBENS GRANJA

**ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL:
VISÃO ATUAL DA TEORIA**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação da Professora Associada Doutora Patrícia Faga Iglecias Lemos.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo-SP

2020

Autorizo a reprodução e divulgação parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Granja, Rubens

Adimplemento substancial: visão atual da teoria ;
Rubens Granja ; orientadora Patricia Faga Iglecias
Lemos -- São Paulo, 2020.

428

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade
de São Paulo, 2020.

1. Obrigações. 2. Adimplemento Substancial.
3. Boa-fé. 4. Contratos. 5. Inadimplemento. I. Lemos,
Patricia Faga Iglecias, orient. II. Título.

Nome: Rubens Granja

Título: Adimplemento substancial: visão atual da teoria

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito Civil.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Orientadora Professora Associada Doutora Patrícia Faga Iglecias Lemos

Instituição: Faculdade de Direito da USP

Assinatura: _____

Professor(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Professor(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Professor(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Professor(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Professor(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

À minha esposa e aos meus pais,

*Peças fundamentais para que todo esforço faça
sentido.*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Patrícia Faga Iglecias Lemos, agradeço pela absoluta confiança e pelos valiosos conselhos e palavras de incentivo. O seu apoio foi fundamental para que esse trabalho fosse concluído.

Aos meus colegas do Kestener, Granja & Vieira Advogados, agradeço pela parceria e pela dedicação com que conduziram o escritório durante a minha ausência, permitindo minha exclusiva dedicação a este trabalho. Estas páginas estariam em branco, não fosse a confiança e apoio de cada um de vocês.

Aos meus pais, Maria Aparecida Granja e Eduardo Granja, agradeço pelos anos de dedicação absoluta e apoio incondicional. Sei que este trabalho tem para vocês, o mesmo sabor especial que tem para mim. Agradeço por poder contar com vocês em cada momento de necessidade, e por poder comemorar com vocês cada sucesso.

À Lisa e à Flora, que não fazem ideia da força que representaram, agradeço pela companhia mais pura e absoluta, pelo carinho mais sincero. Vocês estão eternizadas nas páginas deste trabalho, na minha memória e no meu coração.

À minha esposa, Larissa Klumpp, companheira de todos os dias e de todos as aventuras, agradeço por fazer minha vida mais feliz, por estar comigo em todos os momentos dessa caminhada, por permitir que eu estivesse completamente concentrado nesta tese, por ser a pessoa que eu mais precisava durante este desafio. Juntos seguimos mais fortes. Conte comigo para o que precisar. Você tem meu amor infinito.

“Our proverbs want rewriting.

They were made in winter, and it is summer now”

Oscar Wilde

The picture of Dorian Grey, 1891

GRANJA, Rubens. *Adimplemento substancial: visão atual da teoria*. 2020. 428 f. Tese (Doutorado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de estudar a teoria do adimplemento substancial, à luz de seus antecedentes históricos, bem como dos fundamentos jurídicos que suportam a teoria no Brasil e no direito estrangeiro, visando à identificação de seu escopo atual e à definição dos pressupostos para sua aplicação. O trabalho parte do processo de funcionalização dos direitos subjetivos, e da consequente mitigação da autonomia da vontade, para explorar a atuação da boa-fé objetiva e da função social dos contratos enquanto elementos que moldam a noção contemporânea da obrigação - que passa a ser vista como processo - e do próprio adimplemento - que passa a ter seu conteúdo definido pelo interesse objetivo do credor. O trabalho analisa, então, a anglo-saxônica *doctrine of substancial performance* e o italiano *inadempimento di non scarsa importanza*, buscando identificar a amplitude que lhes é conferida pelo direito estrangeiro e as eventuais inconsistências do processo de tropicalização dos referidos institutos. Propõem-se, então, dois caminhos para a adequada leitura da teoria do adimplemento substancial diante do sistema de direito-civil constitucional brasileiro. O primeiro, no sentido de que a teoria seja aplicada em conformidade com a disciplina do inadimplemento obrigacional prevista pelo Código Civil brasileiro, aplicando-se o regime da mora aos inadimplementos que não eliminem a utilidade objetiva da prestação. O segundo, no sentido de que os inadimplementos de baixa gravidade recebam tratamento diferenciado, em respeito ao princípio da proporcionalidade, modulando-se efeitos que se mostrem demasiadamente gravosos ao devedor. Para um e outro caminho, propõem-se pressupostos e parâmetros para aplicação da teoria, tendo em mente a preservação da segurança jurídica. Ao final, estuda-se, ainda, temas específicos, analisando o tratamento que lhes tem sido conferido pelo Superior Tribunal de Justiça.

PALAVRAS-CHAVE: adimplemento substancial, inadimplemento, boa-fé, mora, abuso de direitos, contratos, obrigação

GRANJA, Rubens. *Substantial performance: current view of the doctrine*. 2020. 428 f. Thesis (Doctorate in Civil Law) – Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

ABSTRACT

The aim of this paper is to study the doctrine of substantial performance, in the light of its historical antecedents, as well as the legal grounds that support the doctrine in Brazil and in foreign law, seeking to identify its current scope and define the requirements for its application. The paper takes as its starting point the process of functionalizing rights, and the consequent mitigation of free will, in order to explore the performance of objective good faith and the social function of contracts as elements that shape the contemporary notion of obligation - which is now understood as a process - and of performance itself - the content of which is defined by the objective interest of the creditor. The paper then analyzes the Anglo-Saxon doctrine of substantial performance and the Italian *inadempimento di non scarsa importanza*, seeking to identify the scope given to them by foreign law and any inconsistencies in the tropicalization process of these doctrines. Therefore, two paths are proposed for the proper reading of the doctrine of substantial performance in the light of the Brazilian constitutional civil law system. The first, in the sense that the theory is applied in accordance with the regulation on breach of obligations, as provided for in the Brazilian Civil Code, applying the default regime to breaches that do not rule out the objective utility of the performance. The second, in the sense that low-severity breaches receive differentiated treatment, respecting the principle of proportionality, modulating effects that are deemed too serious for the debtor. For both ways, requirements and parameters for application of the doctrine are proposed, keeping in mind the preservation of legal certainty. Finally, specific topics are studied, analyzing the treatment given to them by the Superior Court of Justice.

KEYWORDS: substantial performance, breach, good faith, late payment, abuse of rights, contracts, obligation

GRANJA, Rubens. *Performance substantielle* : la vue actuelle de la théorie. 2020. 428 f. Thèse (Doctorat en Droit Civil) – Faculté de Droit, Université de São Paulo, São Paulo, 2020.

RÉSUMÉ

Cet article vise à étudier la théorie de la performance substantielle, à la lumière de ses antécédents historiques, ainsi que des fondements juridiques qui soutiennent la théorie au Brésil et en droit étranger, dans le but d'identifier sa portée actuelle et de définir les hypothèses pour son application. Le travail part du processus de fonctionnalisation des droits subjectifs et de l'atténuation conséquente de l'autonomie de la volonté, pour explorer la performance de la bonne foi objective et la fonction sociale des contrats en tant qu'éléments qui façonnent la notion contemporaine de l'obligation - qui est maintenant considérée comme un processus - et du paiement lui-même - dont le contenu est défini par l'intérêt objectif du prêteur. Le document analyse ensuite la *doctrine of substantial performance* anglo-saxonne et *l'inadempimento di non scarsa importanza* italien, en cherchant à identifier la portée qui leur est donnée par le droit étranger et toute incohérence dans le processus de tropicalisation de ces instituts. Par conséquent, deux voies sont proposées pour une lecture correcte de la théorie de la performance substantielle à la lumière du système de droit civil constitutionnel brésilien. La première, en ce sens que la théorie est appliquée conformément à la discipline du défaut obligatoire prévue par le Code civil brésilien, en appliquant le régime du délai aux défauts qui n'éliminent pas l'utilité objective de la prestation. La seconde, en ce sens que les défauts de faible gravité reçoivent un traitement différencié, respectant le principe de proportionnalité, modulant les effets trop onéreux pour le débiteur. Dans les deux cas, des hypothèses et des paramètres d'application de la théorie sont proposés, en gardant à l'esprit la préservation de la sécurité juridique. À la fin, des sujets spécifiques sont également étudiés, analysant le traitement qui leur est réservé par la Cour Supérieure de Justice.

MOTS-CLÉS: exécution substantielle, défaut, bonne foi, délai, abus de droits, contrats, obligation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
1. ADIMPLEMENTO.....	29
1.1. A relação obrigacional: da linearidade à ideia de obrigação como processo	29
1.2. A operação da boa-fé sobre as relações obrigacionais: boa-fé e sua tríplice função	41
1.2.1. A função interpretativa da boa-fé.....	46
1.2.2. A função limitadora da boa-fé	48
1.2.3. A função criadora de deveres anexos.....	51
1.2.4. Breve nota sobre a entrada da boa-fé objetiva no ordenamento jurídico brasileiro	57
1.3. A noção moderna de adimplemento	64
1.3.1. Terminologia.....	66
1.3.2. Princípios	68
1.3.3. Amplitude do conceito	71
1.4. Inadimplemento, mora e violação positiva do contrato	74
1.4.1. Inadimplemento	74
1.4.2. Mora.....	78
1.4.3. Violação positiva do contrato	80
2. TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL.....	83
2.1. Origem e antecedentes históricos da teoria do adimplemento substancial	83
2.1.1. Princípio do cumprimento integral	83
2.1.2. Princípio da independência das promessas	85
2.1.3. <i>Doctrine of dependency and independency</i>	86
2.1.3.1. <i>A atuação de Lord Mansfield na sistematização da doutrina</i>	88
2.1.3.2. A aplicação de <i>Boone v. Eyre</i> em casos posteriores	91

2.1.3.3.	O <i>Sales of Goods Act</i> e o advento da dicotomia <i>condition v. warranty</i>	92
2.1.3.4.	O nascimento da <i>doctrine of substantial performance</i> e a tríade <i>Dakin v. Lee, Hoenig v. Isaacs</i> e <i>Bolton v. Mahadeva</i>	93
2.2.	A teoria do adimplemento substancial no direito estrangeiro	98
2.2.1.	Sistema jurídico anglo-saxônico	98
2.2.1.1.	Direito inglês	98
2.2.1.2.	Direito norte-americano	102
2.2.2.	Sistemas jurídicos romano-germânicos.....	112
2.2.2.1.	Direito italiano.....	112
2.2.2.2.	Direito alemão	120
2.2.2.3.	Direito português.....	124
2.2.3.	Direito Internacional	132
2.2.3.1.	A Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias - CISG	133
2.2.3.2.	Os Princípios Relativos aos Contratos Comerciais Internacionais, publicados pelo Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado - UNIDROIT	139
2.2.3.3.	Os Princípios do Direito Europeu dos Contratos e a Minuta de Quadro Comum de Referência.....	141
3.	A TEORIA DO ADIMPLENTO SUBSTANCIAL NO DIREITO BRASILEIRO	145
3.1.	A autonomia da vontade e a necessidade de relativização	145
3.2.	O Estado Social e a concepção de autonomia privada	150
3.3.	O Código Civil de 2002 e a consagração da autonomia privada enquanto expressão da eticidade, solidariedade e operabilidade	156
3.3.1.	Breves considerações sobre o princípio da função social do contrato.....	160

3.3.1.1.	A função social e o movimento de funcionalização dos direitos subjetivos.....	160
3.3.1.2.	Função social do contrato enquanto elemento instrumentalizador da atividade econômica	165
3.3.1.3.	Função social do contrato enquanto mitigação do princípio da relatividade.....	174
3.3.1.4.	Função social do contrato enquanto promotora do solidarismo nas relações privadas	176
3.3.1.5.	Função social do contrato enquanto meio de controle da utilidade social	179
3.4.	A recepção da teoria do adimplemento substancial pelo direito brasileiro	182
3.4.1.	A evolução da jurisprudência brasileira sobre o tema	188
3.4.2.	A teoria do adimplemento substancial e sua qualificação jurídica no direito brasileiro	203
3.4.2.1.	O sistema dicotômico do inadimplemento e o princípio da conservação dos contratos	203
3.4.2.2.	O espectro do adimplemento e sua repercussão jurídica.....	208
3.4.2.3.	A visão atual da teoria do adimplemento substancial no direito brasileiro	213
3.4.2.3.1.	A importação imprópria de conceitos estrangeiros.....	217
3.4.2.3.1.1.	Os problemas na importação da <i>doctrine of substantial performance</i>	217
3.4.2.3.1.2.	Considerações sobre a importação do <i>inadempimento de scarsa importanza</i> e/ou do não cumprimento parcial de escassa importância.....	221
3.4.2.3.2.	A teoria do adimplemento substancial e seu impacto sobre a disciplina da mora	224

3.4.2.3.2.1. A atual extensão da teoria do adimplemento substancial	226
3.4.2.3.2.2. As peculiaridades do adimplemento de pequena gravidade.....	230
4. ASPECTOS DA APLICAÇÃO DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO (E DO INADIMPLEMENTO) SUBSTANCIAL	241
4.1. Teoria do adimplemento substancial e segurança jurídica	241
4.1.1. A noção de segurança jurídica	241
4.1.2. Estabilidade e previsibilidade em um Direito em constante desenvolvimento	246
4.1.3. A segurança jurídica diante de um sistema móvel, formado por princípios, cláusulas gerais e conceitos indeterminados	252
4.1.3.1. Um exercício de sopesamento de princípios	256
4.1.3.2. Um exercício de superação de regras por princípios.....	259
4.1.4. A importância do magistrado na concreção do direito e o risco de ativismo judicial	261
4.2. Pressupostos e parâmetros para a aplicação da teoria do adimplemento e do inadimplemento substancial	263
4.2.1. Preservação da utilidade da prestação.....	265
4.2.1.1. Interesse objetivo do credor	266
4.2.1.2. Finalidade do contrato	271
4.2.1.3. Natureza do objeto da prestação.....	279
4.2.1.4. Modelo do negócio.....	289
4.2.2. Aferição da gravidade do inadimplemento	302
4.2.2.1. Critério quantitativo: percentual do adimplemento.....	305
4.2.2.2. Critério qualitativo: grau de satisfação do credor, possibilidade de tutela do crédito remanescente e comportamento das partes	311
4.2.2.2.1. O grau de satisfação do interesse do credor..	312

4.2.2.2.2. As alternativas para a tutela do crédito.....	313
4.2.2.2.3. O comportamento das partes	316
4.2.3. Cláusula resolutiva expressa	319
4.3. O tratamento de alguns casos específicos	332
4.3.1. Exceção do contrato não cumprido	332
4.3.2. Alienação fiduciária em garantia	338
4.3.3. Contratos de arrendamento mercantil financeiro	362
4.3.4. Atraso na entrega de imóvel adquirido na planta.....	368
4.3.5. Contratos de seguro.....	371
4.3.6. Insuficiência do depósito realizado em ação consignatória.	377
4.3.7. Débitos de natureza alimentar.....	381
CONCLUSÃO.....	389
REFERÊNCIAS.....	397
LISTA DE CASOS.....	425

INTRODUÇÃO

Em 1937, em artigo publicado na centenária e prestigiada *Revue Trimestrielle de Droit Civil*, Louis Josserand alertava a comunidade jurídica francesa para uma inexorável mudança, já em curso, que abalaria definitivamente os paradigmas epistemológicos da teoria dos contratos. O modelo romano *indeformável*, sedimentado nas sólidas premissas da autonomia da vontade e do *pacta sunt servanda*, encontrava-se em processo de rápida transição. O próprio conceito de contrato, dizia Josserand, “*c’est en marchant, non plus en stagnant, qu’il prouve son existence; si rapide, si complexe est son évolution, que l’observateur ressent de sérieuses difficultés à noter les étapes et à en discerner les tendances*”¹.

O processo vislumbrado por Josserand recebeu, ao redor do mundo, as mais diversas designações, sendo genericamente conhecido, no Brasil, como processo de funcionalização dos direitos subjetivos. O declínio da visão clássica do contrato se deu, por motivos de ordem política, econômica e jurídica, ao longo de todo o século XX, ainda que mais intensamente na segunda metade do período, fruto de movimentos constituintes com forte inclinação social. No Brasil, o movimento resultou na Constituição Federal de 1988 - não à toa conhecida, popularmente, como Constituição *cidadã* -, e, dentre incontáveis normas, no Código Civil de 2002 – erigido sobre o tripé *socialidade, eticidade, operabilidade*.

Muito mais do que atualizar as normas de comportamento vigentes no diploma anterior, ao incorporar ao sistema de direito civil-constitucional brasileiro as *cláusulas gerais da boa-fé objetiva* e da *função social do contrato*, o Código Civil de 2002 instituiu as bases para uma absolutamente nova teoria dos contratos, que enxergasse a obrigação não mais como um vínculo linear, mas como um *processo*, uma *totalidade concreta*. Desde sua entrada em vigor, em 12 de janeiro de 2003, foram centenas - quiçá milhares - as teses elaboradas com o propósito não apenas de identificar as *inovações* trazidas pela nova Lei, de explorar as *oportunidades* oferecidas pelo novo sistema, mas também de *apontar* as preocupações e incertezas advindas do novo regime, de *propor conceitos e parâmetros* para interpretação das cláusulas gerais e dos conceitos indeterminados.

Dezessete anos se passaram desde a entrada em vigor do ainda *novo* Código Civil, e, curiosamente, a inquietação se mantém. Não há dúvida de que muito se produziu ao

¹ JOSSERAND, Louis. Tendances actuelles de la théorie des contrats. *Revue Trimestrielle de Droit Civil*, Paris, v. 36, p. 1-30, 1937, p. 2.

longo dessas quase duas décadas. Conceitos foram propostos, novos paradigmas consolidaram-se, tudo a contribuir para a segurança dos operadores do direito diante da *operabilidade* do novo sistema. Nada obstante, os acadêmicos do direito continuam a discorrer sobre as diversas teorias decorrentes da boa-fé objetiva e da função social do contrato, teorias essas que continuam a subsidiar a práxis jurídica e a auxiliar a evolução jurisprudencial.

Não há, contudo, razão para surpresa. A boa-fé e a função social são campos extremamente férteis, ainda pouco explorados, para a consolidação de direitos e para concretização do ideário de Justiça. E como já dizia Caio Mário da Silva Pereira, “em todas as épocas e em todos os povos, o anseio pela realização da justiça tem sido uma constante inspiradora da construção doutrinária e informativa do direito positivo”². A proposta deste trabalho é justamente avançar na compreensão desses princípios, discutindo uma nova oportunidade para releitura de um instituto consagrado, à luz do corrente processo de funcionalização.

A teoria do adimplemento substancial, tal como idealizada no direito brasileiro, tem origem dúplice. Por um lado, remonta à *doctrine of substantial performance*, de origem inglesa; por outro, decorre do conceito *dell'inadempimento di non scarsa importanza*, de origem italiana. Embora a doutrina costume associar as duas correntes a uma origem comum, a verdade é que, embora conceitualmente *próximas*, *substantial performance* e *scarsa importanza*, evoluíram a partir de fontes e paradigmas distintos, que serão abordados ao longo deste trabalho. Qualquer que seja a origem, é possível afirmar que, em linhas gerais, ambas as correntes foram concebidas para impedir a resolução contratual decorrente de inadimplemento contratual incapaz de impedir a concretização dos interesses objetivos do credor.

A teoria chegou ao Brasil no final da década de 1970, trazida por Clóvis do Couto e Silva, espalhando-se rapidamente entre seus discípulos, especialmente no sul do país. Ressentindo-se de base legal específica, a doutrina brasileira não titubeou em fundamentar a nova teoria no *princípio geral da boa-fé objetiva*. Foi sob esse fundamento que a teoria ingressou na jurisprudência sul-rio-grandense, pelas mãos do então Desembargador Ruy Rosado de Aguiar Júnior, em meados da década de 1980, e apareceu em acórdão do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento relatado pelo mesmo jurista, ora Ministro, em 1996.

² PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Lesão nos contratos*. 6. ed. Rio de Janeiro, 1997, p. IX.

Admitida esporadicamente até 2003, a teoria do adimplemento substancial encontrou fundamento legal nas *cláusulas gerais da boa-fé objetiva* e da *função social do contrato*, insculpidas nos artigos 113, 187, 421 e 422 do Código Civil de 2002. Aí sim, encontrando suporte jurídico robusto, os magistrados sentiram-se mais confortáveis para, recorrendo à teoria do adimplemento substancial, reagir diante de situações de patente injustiça e limitar o exercício abusivo do direito à resolução contratual. Se nas décadas de 1980 e 1990 algumas dezenas de acórdãos utilizaram-se da teoria do adimplemento substancial como *ratio decidendi*, nos anos 2000 o número atingiu a casa dos milhares.

Como já alertava Menezes Cordeiro, no entanto, os processos de *jussubjetivação* envolvem uma “evolução pendular”³: ora os direitos ganham espaço, ora encontram forte resistência, tendendo, no longo prazo, ao equilíbrio. Assim, como era de se esperar, a acentuada invocação da teoria – e a consequente flexibilização de paradigmas clássicos do direito obrigacional (autonomia privada, *pacta sunt servanda*, princípio da pontualidade) – terminou por provocar um recente contramovimento: juristas mais conservadores passaram a se mostrar preocupados com uma possível *inversão da lógica do direito obrigacional*, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça passou a *delimitar o âmbito de aplicação da teoria*, reduzindo muito do seu escopo e de suas conquistas.

É diante desse cenário que se apresenta este trabalho. A teoria do adimplemento substancial já percorreu um importante caminho no direito brasileiro, mas é chegado o momento de parar e repensá-la. É preciso retomar seus antecedentes históricos, delinear seu fundamento jurídico, identificar seu escopo atual e definir seus pressupostos. Essa revisão, é bem verdade, não pode deixar de lado a preocupação com a valiosa estabilidade do sistema. Já dizia Josserand, ao tratar das mudanças que se apresentavam à teoria dos contratos, que esse processo, embora importante, não poderia se ser “*un école d’anarchie juridique et sociale*”; ou “*une expérience fantaisiste faite de réactions brusques et de dangereux soubresauts*”⁴.

Para atingir esse objetivo, enfrentaremos, no capítulo de abertura deste trabalho, a noção atual do adimplemento, enquanto polo de atração da *obrigação entendida como processo*. Com esse intuito, remontaremos à noção clássica de obrigação e investigaremos a atuação da boa-fé objetiva sobre as relações obrigacionais contemporâneas, buscando elementos para compreender a *amplitude conceitual do adimplemento* diante de um

³ CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes. *Da boa-fé no direito civil*. Coimbra: Almedina, 2017, p. 669.

⁴ JOSSERAND, Louis. *Tendances actuelles de la théorie des contrats*, op. cit., p. 20-21.

sistema de direito civil-constitucional pautado pela boa-fé objetiva. Além disso, teceremos breves comentários sobre as noções de inadimplemento absoluto, mora e violação positiva do contrato, todos úteis à melhor compreensão dos temas que serão debatidos.

Partiremos, então, para o estudo das origens da teoria do adimplemento substancial. Estudaremos, em primeiro lugar, a evolução da *doctrine of substantial performance* - usualmente apontada como fonte inspiradora da teoria estabelecida no direito nacional -, examinando, ainda, seu tratamento atual pelas Cortes inglesas e norte-americanas. Estudaremos, também, a análoga teoria *dell'inadempimento di non scarsa importanza*, avaliando o atual estágio da jurisprudência na Itália, bem como a reverberação da teoria a alguns países vizinhos (notadamente Portugal e Alemanha). Por fim, avaliaremos a aparição de um instituto análogo - a *fundamental breach* - no plano do direito internacional.

No terceiro capítulo, enfrentaremos o elemento central deste trabalho: o processo de funcionalização dos direitos subjetivos, sua repercussão no direito brasileiro e a internalização da teoria do adimplemento substancial, enquanto resultado desse processo. Estudaremos, então, o fundamento jurídico da teoria diante do sistema de direito civil-constitucional brasileiro e destrincharemos sua evolução, na doutrina e na jurisprudência pátrias, discutindo os principais julgados do Superior Tribunal de Justiça.

Ainda no terceiro capítulo, proporemos uma releitura da teoria do adimplemento substancial, à luz das particularidades do regime de inadimplemento obrigacional contemplado pelo Código Civil brasileiro. Nesse contexto, proporemos que a teoria seja reinterpretada em uma dúplici função: (a) a primeira, inserida na *subteoria* que chamaremos de *teoria do inadimplemento substancial*, de impedir o exercício resolutório diante de *inadimplementos* que, por não impactarem a utilidade objetiva da prestação, insiram-se no âmbito da *mora*; (b) a segunda, inserida na *subteoria* que chamaremos de *teoria do adimplemento substancial (estrito senso)*, de modular os efeitos da mora e da tutela creditícia, decorrentes de *inadimplementos de baixa gravidade* (ou, como queira, de *adimplementos substanciais estrito senso*).

Em nosso capítulo final, procuraremos avaliar a teoria do adimplemento substancial em confronto com o princípio da segurança jurídica, buscando demonstrar que a aplicação metodológica da teoria pode ser com ele compatibilizada, mediante um criterioso trabalho de sopesamento e fundamentação, a ser realizado, diante do caso concreto, pelo juiz, figura crítica no processo de aplicação segura da doutrina. Visando a auxiliar nesse processo, propomos e discutimos pressupostos e parâmetros para aplicação

da teoria. Ao final, tecemos, ainda, breves comentários sobre algumas matérias que, quando confrontadas com a teoria do adimplemento substancial, têm recebido do Superior Tribunal de Justiça tratamento em apartado.

Espera-se que este trabalho possa auxiliar a comunidade jurídica a compreender com maior profundidade uma teoria que tem sido tão constantemente invocada na prática judiciária, mas que tanto potencial ainda tem a oferecer, diante do extremamente profícuo sistema de direito civil-constitucional brasileiro.

CONCLUSÃO

Como afirmou o lendário Justice Cardozo, em um dos julgamentos precursores da *doctrine of substantial performance*, em território norte-americano, “*those who think more of symmetry and logic in the development of legal rules than of practical adaptation to the attainment of a just result will be troubled by a classification where the lines of division are so wavering and blurred*”¹⁵⁷⁰. A teoria do adimplemento substancial, expressão que é de princípios vagos e imprecisos, realmente impõe ao operador do direito uma perspectiva muito distinta daquela consagrada pela teoria clássica dos contratos.

A teoria do adimplemento substancial decorre de uma visão fluida do direito, apegada à concreção, à produção de resultados práticos que sejam mais justos e coerentes com os valores prevalecentes na sociedade contemporânea. De sua inegável fluidez, contudo, não decorre a ausência de rigor metodológico, ou a inexistência de paradigmas e pressupostos concretos de aplicação, capazes de garantir-lhe solidez e estabilidade. Não se tratam, evidentemente, de paradigmas e pressupostos estáticos, imutáveis, mas sim adaptáveis, móveis, tal qual o sistema do qual fazem parte.

O objetivo deste trabalho foi exatamente revisitar as bases teórica do instituto, à luz dos elementos fornecidos pelo direito interno e pelo direito estrangeiro, a fim de entender qual a *visão atual da teoria*. As conclusões atingidas pelo trabalho podem ser sintetizadas em quatro pontos principais.

1. *A obrigação é um processo, polarizado pelo adimplemento e orientado pela boa-fé objetiva. Assim também é o adimplemento, um processo orientado pela boa-fé objetiva.*

O conceito clássico romanístico de relação obrigacional traz consigo uma ideia de *vínculo débito-crédito de conteúdo linear, transitório, simples e pessoal*. O credor tem direito a uma prestação; o devedor, tem o dever de prestá-la. Essa relação possui conteúdo fechado, que deve ser respeitado de forma estrita, pois *pacta sunt servanda*.

A insuficiência do conceito clássico foi constatada, sobretudo, pela doutrina alemã. Em muito estimulados pela releitura proposta pelo BGB ao sistema de direito privado alemão - em particular pela inovadora cláusula geral da boa-fé objetiva (§242) -,

¹⁵⁷⁰ *Jacob Youngs, Inc v. Kent*, 230 N.Y. 239 (N.Y. 1921).

juristas alemães como Fritz Litten, Peter Klein, Heinrich Sieber e Karl Larenz, reconstruíram, ao longo da primeira metade do século XX, a noção de relação obrigacional, reconhecendo nela a ideia de “organismo”, de “totalidade concreta”, de “conjunto”, ou, como ficou mais conhecido no Brasil – principalmente pelo trabalho de Clóvis do Couto e Silva -, de “processo”.

A relação obrigacional, de fato, envolve situações jurídicas muito mais complexas, mais conectadas e menos temporárias do que o conceito clássico poderia admitir. Particularmente pela ação da boa-fé objetiva, que sedimentou seu conteúdo finalístico¹⁵⁷¹, a relação obrigacional ganhou dimensões antes inimagináveis. Em sua função criadora de direitos, a boa-fé objetiva acrescentou à obrigação deveres laterais – implícitos, mas igualmente exigíveis -, como os deveres de informar, de proteger, de colaborar. Em sua função limitadora de direitos, a boa-fé objetiva restringiu direitos formativos e impôs às partes o dever de se abster da prática de comportamentos danosos e desleais. Em sua função interpretativa, a boa-fé objetiva deu conteúdo às disposições convencionais, interpretando-as à luz da lealdade e da confiança. É impossível, diante desse novo cenário, resumir a relação obrigacional ao vínculo débito-crédito, tal como o fazia o conceito clássico.

A *obrigação como processo* mudou substancialmente a noção clássica de *adimplemento*. Sob a perspectiva do *devedor*, o adimplemento não pode mais ser considerado uma simples prestação pontual (em tempo, lugar e forma previstos pelas partes); o adimplemento também é um *processo*, que se expressa durante toda a existência da relação obrigacional (até mesmo antes e depois de sua formalização) e engloba deveres expressos e implícitos. Sob a perspectiva do *credor*, o adimplemento, emoldurado pela boa-fé objetiva, tampouco mantém sua aparência rígida e absolutamente sujeita à potestividade do credor; o adimplemento passa a ser visto a partir de outro *topos*, o *topos* da utilidade objetiva da prestação, do interesse objetivo do credor.

2. *A teoria do adimplemento substancial é resultado do processo de funcionalização dos direitos subjetivos. O direito formativo à resolução contratual encontra limites na boa-fé objetiva e na função social do contrato.*

¹⁵⁷¹ “[O]brigação é conceito finalístico; dirige-se, sempre, ao adimplemento ou à satisfação do interesse do credor” (COUTO E SILVA, Clóvis V. do. *A obrigação como processo*, op. cit., p. 168).

Contratos, como diz Enzo Roppo, representam a instrumentalização jurídica da atividade econômica de uma sociedade¹⁵⁷². Reflexo dessa constatação é fato de que os paradigmas contratuais modificaram-se bruscamente ao longo do tempo, em sintonia com as importantes transformações sofridas pela sociedade.

Estruturado como instrumento de combate a privilégios e ao intervencionismo estatal, o contrato do Estado Liberal sedimentou-se, em bases extremamente individualistas, sob o *princípio da autonomia da vontade*. Em torno da autonomia da vontade orbitavam os valores liberais da igualdade formal, do voluntarismo, da garantia da propriedade privada e do livre exercício da atividade econômica.

O Estado liberal, contudo, entrou em decadência no pós-Guerra, dando gradualmente lugar ao Estado Social, que desafiou a ficção da igualdade formal e redefiniu os paradigmas contratuais anteriores sob a ideia da igualdade real, do coletivismo e da socialidade. No plano do direito público, esses novos paradigmas deram origem aos direitos sociais que, ao longo do século XX, foram incorporados às constituições federais dos mais diversos países. No plano do direito privado, esses novos paradigmas promoveram a superação da autonomia da vontade pela *autonomia privada*, princípio de escopo mais limitado que o anterior¹⁵⁷³.

Sob a égide da autonomia privada, a liberdade de contratar subordinou-se a princípios de elevado conteúdo axiológico, notadamente à *boa-fé objetiva* (em suas funções interpretativa, criadora e limitadora) e à *função social do contrato* (assim entendida como elemento instrumentalizador da atividade econômica, mitigador do princípio da relatividade, promotor de solidarismo nas relações privadas e de controle da utilidade social).

A *autonomia privada* foi consagrada pelo Código Civil brasileiro de 2002, por meio de cláusulas gerais e conceitos indeterminados que conferiram ao sistema de direito privado brasileiro a característica da *mobilidade*¹⁵⁷⁴. Foi por meio dessas cláusulas abertas e desses conceitos indeterminados que a teoria do adimplemento substancial foi efetivamente integrada ao direito civil brasileiro. Trazida ao Brasil em meados da década de 1970, por iniciativa de Clóvis do Couto e Silva, e introduzida no plano jurisprudencial pela atividade de Ruy Rosado de Aguiar Júnior, no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, a teoria do adimplemento substancial ganhou efetivo substrato jurídico no direito

¹⁵⁷² ROPPO, Enzo. O contrato, op. cit., p. 26.

¹⁵⁷³ PERLINGIERI, Pietro. Perfis de Direito Civil, op. cit., p. 17.

¹⁵⁷⁴ MARTINS-COSTA, Judith. As cláusulas gerais como fatores de mobilidade do sistema jurídico, op. cit., p. 13.

pátrio com o advento do Código Civil de 2002, quando se tornou matéria de destaque na academia e nos diversos Tribunais brasileiros, inclusive no Superior Tribunal de Justiça.

A teoria do adimplemento substancial, portanto, é fruto do processo de funcionalização dos direitos subjetivos, que se consolidou no Brasil no final da segunda metade do século XX, mas teve seu apogeu com a edição do Código Civil de 2002, não à toa apresentado, nas palavras de seu idealizador, Miguel Reale, como um diploma *ético, social e operável*.

3. *A visão atual da teoria do adimplemento substancial impõe uma abordagem dúplice: a teoria do inadimplemento substancial e a teoria do adimplemento substancial (estricto senso).*

Diante da noção contemporânea de *obrigação como processo*, o descumprimento contratual não pode ser entendido como um evento único, como algo pontual, de identificação simples e una. Mais correto dizer é que o inadimplemento contratual envolve um verdadeiro *espectro de adimplementos imperfeitos*, no qual se insere uma infinita gama de possibilidades de cumprimentos que gravitam entre um extremo (o *adimplemento perfeito*) e o outro (o *inadimplemento absoluto*).

O Código Civil brasileiro trata desse *espectro de adimplementos imperfeitos* dentro de um *sistema escalonado de inadimplementos*: *i.e.* descumprida a obrigação, há mora; agravada (algumas vezes por sua simples manutenção alongada), a ponto de causar a *inutilidade da prestação*, a mora converte-se em inadimplemento absoluto, restando ao credor a possibilidade de satisfação do seu crédito por equivalente. Como explica Cristino de Sousa Zanetti, “no Direito brasileiro, a disciplina do inadimplemento das obrigações é caracterizada por uma distinção central, a contrapor, de um lado, a mora, e, de outro, o inadimplemento absoluto”¹⁵⁷⁵.

O sistema de inadimplemento obrigacional estabelecido pelo Código Civil de 2002 é necessariamente escalonado, porque os artigos 389, 394, 395 (*caput* e parágrafo único) e 475 do Código Civil *devem* ser interpretados à luz dos artigos 187, 421 e 422 do mesmo diploma, dispositivos esses que impõe a observância da boa-fé objetiva e da função social do contrato. Assim sendo, uma situação de *inadimplemento absoluto* só se verifica quando reunidas duas condições: (a) a *impossibilidade* da prestação, por parte do devedor;

¹⁵⁷⁵ ZANETTI, Cristiano de Sousa. A perda de interesse do credor, op. cit., p. 766.

e (b) a *inutilidade* da prestação, por parte do credor - inutilidade essa que, em razão do parágrafo único do artigo 385 do Código Civil e das cláusulas gerais de boa-fé objetiva e função social dos contratos, deve ser aferida com base no *interesse objetivo* do credor.

Desse contexto, extrai-se a *primeira conclusão* deste ponto: diante do atual Código Civil brasileiro, a teoria do adimplemento substancial deve ser interpretada mais largamente, traduzindo-se em verdadeira *teoria do inadimplemento substancial*. Isso porque, interpretado à luz da boa-fé objetiva e da função social do contrato, *o cumprimento imperfeito capaz de autorizar a resolução do contrato somente pode ser aquele que venha a extinguir o interesse objetivo do credor* à prestação, ou seja, quando configurar *inadimplemento substancial* – assim entendido aquele *inadimplemento capaz de atingir a essência do contrato*. Trata-se do *fundamental breach* do direito internacional (insculpido no artigo 25 da Convenção de Viena; no artigo 7.3.1. dos Princípios UNIDROIT; no artigo 8.103 dos Princípios do Direito Europeu dos Contratos; e no artigo 3:502 da Minuta de Quadro Comum de Referência).

Contudo, o inadimplemento de pequena gravidade – que, em razão da importação imprópria dos institutos estrangeiros da *doctrine of substantial performance* e do *inadempimento di non scarsa importanza*, atualmente tem servido apenas a impedir a resolução contratual - parece, de fato, merecer tratamento diferenciado.

Eis a *segunda conclusão* deste ponto: como não é *justo*, leal ou equânime que situações extremamente distantes sujeitem-se aos mesmos efeitos legais, os princípios da boa-fé objetiva, da razoabilidade e de proporcionalidade impõem que o *adimplemento substancial* (ou, como queira, o *inadimplemento de pequena gravidade*) seja visto como *hipótese de modulação dos efeitos da mora e das medidas colocadas à disposição do credor para a tutela do crédito remanescente*. A tal hipótese de modulação de efeitos da mora e das tutelas creditícias, chamamos de *teoria do adimplemento substancial (estricto senso)*.

4. *A teoria do adimplemento substancial não implica, tout court, prejuízo à segurança jurídica. A aplicação segura da teoria, contudo, impõe a atuação criteriosa do juiz, fundada em pressupostos e parâmetros robustos.*

O princípio da segurança jurídica tem como finalidade garantir a acessibilidade, a estabilidade e a previsibilidade do Direito. Tais finalidades, contudo, não importam uma visão estática do Direito, desapegada da realidade e da sua natural evolução. Bem por isso,

reconhecendo ser o Direito verdadeiro fenômeno social – e, portanto, dinâmico - a doutrina contemporânea costuma definir a estabilidade do Direito em função de sua confiabilidade, reconhecendo-se que, para ser confiável, o Direito deve *mudar gradual e racionalmente*¹⁵⁷⁶.

Entendida sobre essas bases, a segurança jurídica encontra no sistema de direito privado brasileiro desafio importante, haja vista tratar-se de sistema aberto, móvel, e, portanto, amplamente propenso à evolução. A teoria do adimplemento substancial, como dito, encontra base teórica justamente nessa operabilidade. Isso não significa, contudo, que a aplicação da teoria do adimplemento substancial não possa ocorrer sem prejuízo à segurança jurídica.

A aplicação da teoria do adimplemento substancial deve se dar mediante criterioso trabalho de concretização pelo magistrado. O trabalho deve envolver um processo metodológico de sopesamento de princípios e de aferição dos pressupostos de incidência da teoria, diante dos elementos do caso concreto. O trabalho do juiz deve ser detalhadamente motivado, de forma a esclarecer seu processo decisório e aclarar as escolhas realizadas.

A aplicação segura da teoria do adimplemento substancial (*lato senso*) envolve, portanto, a avaliação de ao menos dois pressupostos: (a) a preservação da *utilidade da prestação* (que deve ser aferida a partir de parâmetros diversos, como o interesse objetivo do credor, a finalidade do contrato, a natureza do objeto da prestação, o modelo de negócio); e (b) a baixa *gravidade do inadimplemento* (que deve ser aferida a partir de critérios quantitativos e qualitativos, como o grau de satisfação do credor, as alternativas disponíveis ao credor para a satisfação do seu crédito; e o comportamento das partes).

A busca por esses pressupostos deve conferir ao operador do direito a possibilidade de ponderar se, no caso concreto, estão presentes as condições para aplicação da *teoria do inadimplemento substancial* (hipótese em que será admitida a resolução contratual); ou se, caracterizada a mora, estão presentes as condições para aplicação da *teoria do adimplemento substancial (estrito senso)* (hipótese em que será permitida a modulação dos efeitos da mora e da tutela creditícia).

A teoria do adimplemento substancial cumpriu importante função quando de sua entrada no direito brasileiro, servindo como fundamentação jurídica para a flexibilização do rigoroso sistema de inadimplemento obrigacional até vigente, que interpretava a

¹⁵⁷⁶ ÁVILA, Humberto. Teoria da Segurança Jurídica, op. cit., p. 142.

resolução contratual como resultado do exercício de um direito formativo absoluto, sujeito única e exclusivamente à opção de seu titular. Contudo, diante do contexto atual, em que impera um sistema de direito privado-constitucional móvel, orientado pela boa-fé objetiva, pela função social do contrato, pela razoabilidade e pela proporcionalidade, parece claro que a teoria está pronta para dar seu próximo passo.

Suas bases teóricas merecem revisão, seus pressupostos merecem aprofundamento, e seu escopo deve ser alargado, visando à definitiva releitura da disciplina do inadimplemento obrigacional concebida pelo Código Civil de 2002, a luz do conteúdo axiológico que dá vida ao ainda novo diploma. Como disse John Fitzgerald Kennedy, “a mudança é a lei da vida. E aqueles que apenas olham para o passado ou para o presente irão com certeza perder o futuro”¹⁵⁷⁷.

¹⁵⁷⁷ “*Change is the law of life. And those who look only to the past or the present are certain to miss the future*”. Discurso realizado no Plenário da Igreja de São Paulo (*Paulskirche*), em Frankfurt, em 25/6/1963.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jorge Manuel Coutinho de. *Do abuso de direito*. Coimbra: Almedina, 2006.

ACHILLE, Davide. Metodo dell'interpretazione contrattuale e diritto effettivo. *Rivista di diritto civile*, p. 155-186, jan./fev. 2017.

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. Aspectos do Código de Defesa do Consumidor. *Ajuris*, v. 13, n. 52, p. 167-187, jul. 1991.

_____. *Comentários ao novo Código Civil: da extinção do contrato*. Coordenação de Sálvio de Figueiredo Teixeira. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 6. t. 2.

_____. Contratos relacionais, existenciais e de lucro. *Revista Trimestral de Direito Civil*, Rio de Janeiro, ano 12, v. 45, p. 91-110, jan./mar. 2011.

_____. Extinção dos contratos. In: FERNANDES, Wanderley (Coord.). *Fundamentos e princípios dos contratos empresariais*. São Paulo: Saraiva, p. 415-458, 2007.

_____. *Extinção dos contratos por incumprimento do devedor*. 2. ed. Rio de Janeiro: Aide Editora, 2003.

ALEIXO, Celso Quintella. Pagamento. In: TEPEDINO, Gustavo (Org.). *Obrigações: Estudos na Perspectiva Civil-Constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, p. 275-302, 2005. v. 1.

ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2008.

ALPA, Guido. *El contrato en general: principios y problemas*. Breña: Instituto Pacífico, 2015.

ALTERINI, Atilio Aníbal; AMEAL, Oscar José; CABANA, Roberto M. López. *Derecho de Obligaciones: Civiles y Comerciales*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1996.

ALVES, Jones Figueiredo. A teoria do adimplemento substancial (“substancial performance”) do negócio jurídico como elemento impeditivo ao direito de resolução do contrato. In: DELGADO, Mário Luiz (Coord.). *Novo Código Civil: questões controvertidas*. São Paulo: Método, 2007.

_____. Comentário aos Arts. 757 a 839 do Código Civil. In: FIÚZA, Ricardo (Coord.). *Novo Código Civil comentado*. São Paulo: Saraiva, 2002.

ALVES, José Carlos Moreira. *Direito Romano*. 14. ed. rev. corr. aum. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

ALVIM, Agostinho. *Da inexecução das obrigações e suas consequências*. 3. ed. atual. Rio de Janeiro: Editora Jurídica e Universitária, 1965.

AMADIO, Giuseppe. Inattuazione e risoluzione: la fattispecie. In: ROPPO, Vincenzo (Coord.). *Trattato del contratto*. Rimedi. 2. ed. Milano: Giuffrè, 2006. v. 5.

AMARAL, Francisco. *Direito Civil*. Introdução. 10. ed. rev. modif. São Paulo: Saraiva, 2018.

AMARAL, Luiz Fernando Prudente do. *Contrato e Teoria do Adimplemento Substancial*. Indaiatuba: Editora Foco, 2019.

ANDERSON, Eric G. A New Look at Material Breach in the Law of Contracts. *U.C. Davis Law Review*, v. 21, n. 4, p. 1073-1140, summer 1988.

ANDRADE, Cristiano José. Dirigismo contratual. *Revista Justitia*, São Paulo, Justitia, v. 43, p. 21-32, 1963.

ANTUNES VARELA, João de Matos. Anotação ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 3 de dezembro de 1981. *Revista de Legislação e Jurisprudência*, ano 118, n. 3731, mai. 1985 / abr. 1986.

_____. *Das obrigações em geral*. 10. ed. rev. atual. Coimbra: Almedina, 2016. v. 1.

_____. *Das obrigações em geral*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2007. v. 2.

_____; LIMA, Fernando Andrade Pires de. *Código civil anotado*. 2. ed. rev. atual. Coimbra: Coimbra Editora, 1986. v. 2.

APARICIO, Juan Manuel. *Contratos: parte general*. 2. ed. Buenos Aires: Hammurabi, 2016. v. 2.

ARMINJON, Pierre; NOLDE, Baron Boris; WOLFF, Martin. *Traité de droit comparé*. Paris: LGDJ, 1950. t. 1.

ASSIS, Araken de. *Comentários ao Código Civil Brasileiro*: do direito das obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 2007. v. 5.

_____. *Resolução do contrato por inadimplemento*. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

_____. *Resolução do contrato por inadimplemento*. 5. ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

ATIYAH, P. S. *An Introduction to The Law of Contract*. 5. ed. Oxford: Clarendon, 1996.

_____. *The rise and fall of freedom of contract*. Oxford: Clarendon, 2003.

AULETTA, Giuseppe Giacomo. *La risoluzione per inadempimento*. Milano: Giuffrè, 1942.

ÁVILA, Humberto. *Teoria da segurança jurídica*. 4. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Malheiros, 2016.

_____. *Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Curso de Direito Civil*. Teoria Geral das Obrigações e Responsabilidade Civil. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 2.

_____. *Curso de Direito Civil*. Contratos Típicos e Atípicos. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 4.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. A boa-fé na formação dos contratos. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n. 3, p. 78-87, set./dez. 1992.

_____. Diálogos com a doutrina: entrevista com Antonio Junqueira de Azevedo. *Revista Trimestral de Direito Civil*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 34, p. 299-308, abr./jun. 2008.

_____. *Estudos e pareceres de direito privado*. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. Insuficiências, deficiências e desatualização do projeto de código civil na questão da boa-fé objetiva nos contratos. *Revista Trimestral de Direito Civil*, Rio de Janeiro, v. 1, jan./mar. 2000, p. 3-12, 2000.

_____. *Negócio Jurídico: existência, validade, eficácia*. 4. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. *Negócio jurídico e declaração negocial: noções gerais e formação de declaração negocial*. 1986. Tese (Titularidade) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

_____. *Novos estudos e pareceres de direito privado*. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. Princípios do novo direito contratual e desregulamentação do mercado, direito de exclusividade nas relações contratuais de fornecimento, função social do contrato e responsabilidade aquiliana do terceiro que contribui para o inadimplemento contratual. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 750, p. 113-120, abr. 1998.

BARBOSA, Andeirson da Matta. A teoria do adimplemento substancial e da teoria dos jogos no cumprimento de obrigação alimentar. *Revista De Jure - Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais Belo Horizonte*, v. 15, p. 151-168, 2016.

BARDAJÍ, María Dolores Díaz-Ambrona. *El negocio jurídico "per relationem"*. 1982. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade Complutense de Madrid, 1982. Disponível em: <<https://eprints.ucm.es/54077/>>. Data de acesso: 23 dez. 2019.

BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora*. São Paulo: Saraiva, 1996.

BAXTER, Richard Reeve. International Law in "Her Infinite Variety". *International and Comparative Law Quarterly*, v. 29, p. 549-566, 1980.

BDINE JR., Hamid Charaf. Arts. 233 a 420 - Obrigações. In: PELUSO, Cezar (Coord.). *Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência*. 13. ed. Barueri: Manole, 2019.

BECK, Anthony. *The doctrine of substantial performance: conditions and conditions precedent*. *The Modern Law Review*, v. 38, p. 413-428, 1975.

BECKER, Anelise. A doutrina do adimplemento substancial no direito brasileiro e em perspectiva comparativista. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Livraria dos Advogados, v. 9, n. 1, p. 60-77, nov. 1993.

_____. Inadimplemento antecipado do contrato. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, *Revista dos Tribunais*, v. 12, p. 68-78, out./dez. 1994.

BÉNABENT, Alain. *Droit des obligations*. 15. ed. Paris: LGDJ, 2016.

BENETI, Sidnei; BENETI FILHO, Sidnei. Teoria do adimplemento substancial do contrato na atualidade. *Revista do Advogado*, ano XXXVI, n. 131, p. 224-238, out. 2016.

BENTHAM, Jeremy. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BERCOVICI, Gilberto. *Constituição Econômica e Desenvolvimento*. Uma leitura a partir da Constituição de 1988. São Paulo: Malheiros, 2005.

BERNITZ, Ulf. What is Scandinavian Law? Concept, Characteristics, Future. In: WAHLGREN, Peter (Org.). *What is Scandinavian Law?*. Scandinavian Studies in Law. Estocolmo: Stockholm Institute for Scandinavian Law, p. 13-30, 2007. v. 50.

BERTEA, Stefano. *Certeza del Diritto e argomentazione giuridica*. Soveria Manelli: Rubbertino, 2002.

BESSONE, Darcy. *Do contrato*. Teoria Geral. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BETTI, Emilio; CARNELUTTI, Francesco. *Diritto sostanziale e processo*. Milano: Giuffrè, 2006.

_____. *Negozio giuridico. Novissimo Digesto Italiano*, Torino, UTET, v. 11, 1968.

_____. *Teoria Geral das Obrigações*. Campinas: Bookseller, 2006.

_____. *Teoria Geral do Negócio Jurídico*. Campinas: Servanda Editora, 2008.

BEVILAQUA, Clóvis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1979. v. 4.

_____. *Direito das Obrigações*. 5. ed. rev. acres. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1940.

BIANCA, Massimo. *Diritto civile: Il contratto*. 2. ed. Milano: Giuffrè, 2000. v. 3.

_____. La nozione di buona fede quale regola di comportamento contrattuale. *Rivista di diritto civile*, ano XXIX, primeira parte, 1983.

BIAZI, João Pedro de Oliveira. *A exceção de contrato não cumprido no direito privado brasileiro*. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2019.

BIJL, Maartje. Fundamental Breach in Documentary Sales Contracts. *European Journal of Commercial Contract Law*, v. 1, n. 1, p. 19-28, jan. 2009.

BOBBIO, Norberto. *Da estrutura à função*. Novos Estudos de Teoria do Direito. Barueri: Manole, 2007.

_____. La certeza del Diritto e un mito?. *Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto* 28, p. 150-151, 1951.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 1993.

_____. *Do Estado Liberal ao Estado Social*. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

BONELL, Michael Joachim. The UNIDROIT Principles of International Commercial Contracts and the Principles of European Contract Law: Similar Rules for the Same Purposes. *Uniform Law Review*, v. 1, n. 2, p. 229-246, 1996.

BORDA, Guillermo Alejandro. *Manual de contratos*. 20. ed. atual. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 2004.

BRASIL. *IV Jornada de Direito Civil*. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2007. Disponível em: < <https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej/IV%20Jornada%20volume%20I.pdf> >. Data de acesso: 4 dez. 2019.

_____. *VII Jornada de Direito Civil*. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2015. Disponível em: < www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej/vii-jornada-direito-civil-2015.pdf >. Data de acesso: 4 dez. 2019.

BURTON, Steven J. More on Good Faith Performance of a Contract: A Reply to Professor Summers. *Iowa Law Review*, v. 69, p. 497-512, 1984.

BUSSATTA, Eduardo Luiz. A aplicação da teoria do adimplemento substancial aos contratos administrativos. *Revista Fórum de Direito Civil*, Belo Horizonte, ano 5, n. 13, p. 67-82, set./dez. 2016.

_____. Princípio da Conservação dos Contratos. In: HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio (Coords.). *Direito Contratual: temas atuais*. São Paulo: Método, p. 147-169, 2007.

_____. *Resolução dos contratos e teoria do adimplemento substancial*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CACHAPUZ, Maria Cláudia Mércio. O conceito de totalidade concreta aplicado ao sistema jurídico aberto. *Ajuris*, v. 24, n. 71, p. 108-153, nov. 1997.

CALMES, Sylvia. *Du principe de protection de la confiance légitime en Droit Allemand, Communautaire et Français*. Paris: Dalloz, 2001.

CALMON, Rafael. A prisão civil em perspectiva comparatista: e o que podemos aprender com isso. *Revista IBDFAM: Família e Sucessões*, Belo Horizonte, n. 27, p. 59-80, mai./jun. 2018.

CANARIS, Claus-Wilhelm. *Direitos fundamentais e direito privado*. Coimbra: Almedina, 2009.

_____. *La riforma del diritto tedesco delle obbligazioni*. Padova: Cedam, 2003.

_____. *Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7. ed. 14 reimp. Coimbra: Almedina, 2016.

CARBONNIER, Jean. *Droit civil*. Paris: Presses Universitaires de France, 2004. t. 2.

CARCATERRA, Antonio. *Intorno ai bonae fidei iudicia*. Pubblicazioni della Facoltà giuridica dell'Università di Bari. Napoli: Jovene, 1964. v. 12.

CARIOTA FERRARA, Luigi. *Il Negozio Giuridico nel Diritto Privato Italiano*. Napoli: Morano Editore, s.d.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Ação de rescisão contratual. Doutrina da gravidade suficiente do inadimplemento. Faculdade discricionária do juiz. *Revista Forense*, ano 91, v. 329, p. 171-178, jan./mar. 1995.

CARTER, J. W.; HODGEKISS, C. Conditions and Warranties: Forebears and Descendants. *Sydney Law Review*, v. 8, p. 31-37, 1977.

CARVALHO, Beatriz Veiga. *O “dever de mitigar danos” na responsabilidade contratual: a perspectiva do direito brasileiro*. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARVALHO NETO, Inácio de. *Abuso do direito*. Curitiba: Juruá, 2001.

CATEB, Alexandre Bueno; GALLO, José Alberto Albeny. Breves considerações sobre a teoria dos contratos incompletos. *Revista da AMDE*, v. 1, p. 1-11, jan. 2009.

CAVALCANTI FILHO, Theophilo. *O problema da segurança no Direito*. São Paulo: RT, 1964.

CAVALLI, Cássio. *Mora e utilidade: os standards da utilidade no modelo jurídico da mora do devedor*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CHABAS, Cécile. *Inexécution licite du contrat*. Paris: LGDJ, 2002.

CHALHUB, Melhim Namem. *Alienação Fiduciária: negócio fiduciário*. 6. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2019. *E-book*.

CHEVALLIER, Jacques. Doctrine juridique et science juridique. *Droit et Société*, n. 50, p. 103-119, 2002.

_____. *L'État de Droit*. 5. ed. Paris: Montchestien, 2010.

COGO, Rodrigo Barreto. *A frustração do fim do contrato: o impacto dos fatos supervenientes sobre o programa contratual*. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

COLLURA, Giorgio. *Importanza dell'inadempimento nella giurisprudenza*. Milano: Giuffrè, 1994.

COMPARATO, Fábio Konder. *Essai d'analyse dualiste de l'obligation en droit privé*. Paris: Dalloz, 1964.

CORBIN, Arthur. *Conditions in the law of contract*. Faculty Scholarship Series. New Haven: Yale Law School Legal Scholarship Repository, 1919.

CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes. *Da boa-fé no direito civil*. Coimbra: Almedina, 2017.

_____. Tratado de Direito Civil. *Direito das Obrigações*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2012. v. 6.

_____. Tratado de Direito Civil. *Direito das Obrigações*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2017. v. 9.

COSTA, Mário Júlio de Almeida. *Direito das obrigações*. 12. ed. rev. atual. reimp. Coimbra: Almedina, 2011.

COUTO E SILVA, Almiro do. *Conceitos fundamentais do Direito no Estado Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2015.

_____. Os princípios da legalidade da Administração Pública e da segurança jurídica no Estado de Direito Contemporâneo. *Revista da Procuradoria-Geral do Estado*, Porto Alegre, v. 18, n. 46, p. 11-29, 1988.

COUTO E SILVA, Clóvis V. do. *A obrigação como processo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. O princípio da boa-fé no direito brasileiro e português. In: FRADERA, Vera Maria Jacob de (Org.). *O direito privado brasileiro na visão de Clóvis do Couto e Silva*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, p. 33-58, 1997.

CRUZ JÚNIOR, Edmilson. A aplicabilidade da teoria do adimplemento substancial em matéria de dívida alimentar e o princípio da boa-fé. In: LOBO, Fabíola Albuquerque; EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; PAMPLONA FILHO, Rodolfo (Orgs.). *Boa-fé e sua aplicação no direito brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, p. 251-274, 2017.

DAVID, René. *Os grandes sistemas do direito contemporâneo*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

DELLACASA, Mateo. Inadempimento e risoluzione del contratto: un punto de vista sulla giurisprudenza. *Danno e responsabilità*, n. 3, p. 261-277, 2008.

DELMAS-MARTY, Mireille. *Études juridiques comparatives et internationalisation du droit*: Leçon inaugurale prononcée le jeudi 20 mars 2003. Paris: Collège de France, 2003.

DIEZ-PICAZO PONCE DE LEÓN, Luis. *Fundamentos del derecho civil patrimonial*. Las particulares relaciones obligatorias. 5. ed. Madrid: Civitas, 1996. v. 2.

_____. *La doctrina de los propios actos*. Un estudio crítico sobre la jurisprudencia del Tribunal Supremo. Barcelona: Casa Editorial Bosch, 1962.

_____; GULLÓN, Antonio. *Sistema de Derecho Civil*. El contrato en general. La relación obligatoria. 11. ed. Madrid: Tecnos, 2018. v. 2. t. 1.

DIDIER JÚNIOR., Fredie. Notas sobre a aplicação da teoria do adimplemento substancial no direito processual civil brasileiro. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 176, p. 335-340, 2009.

DIFINI, Luiz Felipe Silveira. Resolução das obrigações e a cláusula resolutória no código civil de 2002. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n. 53, jan./mar. 2005.

DIMATTEO, Larry A.; DHOOGHE, Lucien; GREENE, Stephanie; MAURER, Virginia; PAGNATTARO; Marisa. The Interpretive Turn in International Sales Law: An Analysis of Fifteen Years of CISG Jurisprudence. *Northwestern Journal of International Law and Business*, v. 24, n. 2, p. 299-440, winter 2004.

DI ROBILANT, Anna. Abuse of Rights: The Continental Drug and the Common Law. *Hastings Law Journal*, n. 61, p. 687-748, 2010.

DWORKIN, Ronald. *Taking rights seriously*. London: Duckworth, 1977.

DOHRMANN, Klaus Jochen Albiez. Un nuevo derecho de obligaciones: la reforma 2002 del BGB. *Anuario de Derecho Civil*, Madrid, Ministerio de la Justicia, fasc. 3, p. 1133-1227, jul./sept. 2002. t. 55.

DOUET, Frédéric. *Contribution à l'étude de la sécurité juridique en Droit interne français*. Paris: LGDJ, 1997.

DUBROFF, Harold. The Implied Covenant of Good Faith in Contract Interpretation and Gap-Filling: Reviving a Revered Relic. *St. John's Law Review*, v. 80, n. 2, p. 559-620, 2006.

EISENBERG, Melvin E. Why there is no law of relational contracts. *Northwestern University Law Review*, v. 94, n. 3, p. 805-822, 1999-2000.

ENGISCH, Karl. *Introdução ao pensamento jurídico*. 8. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

ESSER, Josef. *Principio y norma en la elaboración jurisprudencial del derecho privado*. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1961.

FAGES, Bertrand. *Droit des obligations*. 8. ed. Issy-les-Moulineaux: LGDJ, 2018.

_____. *Le comportement du contractant*. Aix-en-Provence: Presses Universitaires d'Aix-Marseille - Faculté de Droit et de Science Politique, 1997.

FARIA, Mauro Teixeira. Notas sobre alienação fiduciária: aplicabilidade da teoria do adimplemento substancial em contratos garantidos. Flexibilização com base na função social do contrato?. *Revista de Direito Privado*, São Paulo, ano 18, v. 83, p. 139-157, nov. 2017.

FARRAJOTA, Joana. *A resolução do contrato sem fundamento*. Coimbra: Almedina, 2015.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Segurança Jurídica, coisa julgada e justiça. *Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, 2005.

FERREIRA, Antonio Carlos. A interpretação da doutrina do adimplemento substancial. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, São Paulo, ano 6, v. 18, p. 35-60, jan./mar. 2019.

FONSECA, Patrícia Bezerra de M. Galindo da. O Brasil perante uma nova perspectiva de direito mercantil internacional. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 94, n. 341, p. 193-211, jan./mar. 1998.

FORGIONI, Paula Andrea. *Contrato de Distribuição*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

FRADERA, Vera Maria Jacob de. O conceito de inadimplemento fundamental do contrato o artigo 25 da lei internacional sobre vendas, da Convenção de Viena de 1980. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Livraria do Advogado, v. 11, p. 55-66, 1996.

FRANCO, Vera Helena de Mello. *Contratos: direito civil e empresarial*. 3. ed. rev. ampl. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. *Teoria Geral do Contrato: confronto com o direito europeu futuro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

FRANK, Jerome. *Law and the modern mind*. Nova York: Anchor Books, 1963.

FREITAS FILHO, Roberto. *Intervenção judicial nos contratos e aplicação dos princípios e das cláusulas gerais: o caso do leasing*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2009.

FRIEDMANN, Daniel. The Efficient Breach Fallacy. *The Journal of Legal Studies*, v. 18, n. 1, p. 1-24, 1989.

FRITZ, Karina Nunes. O princípio da boa-fé objetiva e sua incidência na fase negocial: um estudo comparado com a doutrina alemã. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 104, n. 395, p.173-208, jan./fev. 2008.

FURMSTON, Michael P. *Cheshire, Fifoot & Furmston's Law of Contracts*. 16. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

GAMA JÚNIOR, Lauro. *Contratos internacionais à luz dos princípios do UNIDROIT 2004: soft law, arbitragem e jurisdição*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GARNER, Bryan A. (Ed.). *Black's Law Dictionary*. 10. ed. Thompson Reuters, 2014.

GATSI, Jean. *Le contrat-cadre*. Paris: LGDJ, 1996.

GENICON, Thomas. *La résolution du contrat pour inexécution*. Paris: LGDJ, 2007.

_____; DESHAYES, Olivier; LAITHIER, Yves-Marie. *Réforme du droit des contrats, du régime général et de la preuve des obligations*. Paris: LexisNexis, 2016.

GHERSI, Carlos Alberto. *Contratos civiles y comerciales: partes general y especial*. 4. ed. Buenos Aires: Astrea, 1998. t. 1.

GILSON, Bernard. *Inexécution et résolution en droit anglais*. Paris: Librairie Générale de droit et de jurisprudence, 1969.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. Adimplemento e extinção das obrigações. Pagamento. Noção. Aspectos subjetivos. De quem deve pagar. Daqueles a quem se deve pagar. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore (Coords.). *Obrigações*. São Paulo: Atlas, p. 294 - 320, 2011.

_____. Arts. 653 a 853 - Contratos (em espécie). In: PELUSO, Cezar (Coord.). *Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência*. 13. ed. Barueri: Manole, 2019.

_____. *Função Social do Contrato*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. O princípio da boa-fé objetiva. In: ALVES, José Carlos Moreira; GOZZO, Déborah; REALE, Miguel (Coords.). *Principais controvérsias no Novo Código Civil*. São Paulo: Saraiva, p. 55-72, 2006.

GOETZ, Charles J.; SCOTT, Robert E. The Mitigation Principle: Toward a General Theory of Contractual Obligation. *Virginia Law Review*, v. 69, n. 6, p. 967-1024, 1983.

GOMES, Josiane Araújo. Dos contratos de plano de saúde à luz da boa-fé objetiva. *Revista de Direito Privado*, São Paulo, v. 15, n. 60, p. 217-234, out./dez. 2014.

GOMES, Orlando. *Contratos*. Revista, atualizada e aumentada, de acordo com o Código Civil de 2002, por Antonio Junqueira de Azevedo e Francisco Paulo de Crescenzo Marino, sob a coordenação de Edvaldo Brito. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

_____. *Obrigações*. Revista, atualizada e aumentada, de acordo com o Código Civil de 2002, por Edvaldo Brito. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

GOMIDE, Alexandre Junqueira. A teoria do adimplemento substancial e o princípio da segurança jurídica. *Revista de Direito Privado*, ano 12, n. 45, jan./mar. 2011.

GOMETZ, Gianmarco. *La certezza giuridica come prevedibilità*. Torino: Giappichelli Editore, 2005.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro*. Contratos e Atos Unilaterais. 15. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. v. 3.

GONZÁLEZ-REGUERAL, M. Angeles Fernádes. *La resolución por incumplimiento em las obligaciones bilaterales: doctrina y jurisprudencia*. Madrid: La Ley, 1998.

GRAFFI, Leonardo. Case Law on the Concept of “Fundamental Breach” in the Vienna Sales Convention. *Revue de droit des affaires internationales - International Business Law Journal*, Paris, n. 3, p. 338-349, 2003.

GRAMSTRUP, Erik Frederico. Contratos Relacionais. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore (Orgs.). *Teoria Geral dos Contratos*. São Paulo: Atlas, p. 321-333, 2011.

GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. 14. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. *O direito posto e o direito pressuposto*. 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Malheiros, 2008.

_____. Um novo paradigma dos contratos?. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 96, p. 423-433, 2001.

GUASTINI, Riccardo. *Le fonti del Diritto*. Milano: Giuffrè Editore, 2010.

GUERRA, Alexandre. *Princípio da conservação dos negócios jurídicos: a eficácia jurídico-social como critério de superação das invalidades negociais*. São Paulo: Almedina, 2016.

HAICAL, Gustavo Luis da Cruz. O inadimplemento pelo descumprimento exclusivo de dever lateral advindo da boa-fé objetiva. *Revista dos Tribunais*. São Paulo, v. 99, n. 900, p. 45-84, out. 2010.

HART, Herbert Lionel Adolphus. *O conceito de direito*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

HECK, Philipp. *A interpretação da lei e jurisprudência dos interesses*. São Paulo: Saraiva, 1947.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio. O princípio da autonomia privada e o direito contratual brasileiro. In: HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio (Coords.). *Direito Contratual: temas atuais*. São Paulo: Método, p. 41-80, 2007.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX (1914-1991)*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IBÁÑEZ, Carlos Miguel. *Resolución por incumplimiento*. Buenos Aires: Astrea, 2003.

IMBETT, Carlos Alberto Chinchilla. La excepción de incumplimiento contractual en la reforma del Código Civil francés: un análisis a partir de los límites a la excepción.

Civilistica.com, Rio de Janeiro, ano 6, n. 1, 2017. Disponível em: < <http://civilistica.com/la-excepcion-de-incumplimiento-contractual/> >. Data de acesso: 17 ago. 2019.

ITURRASPE, Jorge Mosset. *Contratos*. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni, 2009.

_____. *Justicia contractual*. Buenos Aires: Ediar, 1978.

JABBOUR, Rita. *La bonne foi dans l'exécution du contrat*. Bibliothèque de droit privé. Issy-les-Moulineaux: LGDJ, 2016. t. 573.

JHERING, Rudolph von. *A Evolução do Direito*. Lisboa: José Bastos & Ca, s.d.

_____. *O Espírito do Direito Romano: nas diversas fases de seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Alba, 1943. v. 1.

JORDÃO, Eduardo Ferreira. *Abuso de Direito*. Salvador: Jus Podivm, 2006.

JOSSERAND, Louis. A evolução moderna do conceito de contrato. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, v. 17, n. 5, p. 337-351, out./dez. 2018.

_____. *De l'esprit des droits et de leur relativité: théorie dite de l'abus des droits*. Paris: Dalloz, 1927.

_____. Tendances actuelles de la théorie des contrats. *Revue Trimestrielle de Droit Civil*, Paris, v. 36, p. 1-30, 1937.

JURATOWITCH, Ben. *Retroactivity and the Common Law*. Oxford: Hart Publishing, 2008.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Textos selecionados. Seleção de textos de Marilena de Souza Chauí. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

LARENZ, Karl. *Base del negocio jurídico y cumplimiento de los contratos*. Granada: Editorial Comares, 2002.

_____. *Derecho de Obligaciones*. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1958. t. 1.

_____. *Derecho de Obligaciones*. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1958. t. 2.

_____. O estabelecimento de relações obrigacionais por meio de comportamento social típico. *Revista Direito GV*, v. 2, n. 1, p. 55-64, jan./jun. 2006.

_____. *Metodologia da Ciência do Direito*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

LAUTENSCHLÄGER, Milton Flávio de Almeida Camargo. *Abuso de direito*. São Paulo: Atlas, 2007.

_____; QUEIROZ, Odete Novais Carneiro. Teoria do adimplemento substancial e ativismo judicial. *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, n. 88, p. 5-31, jan./fev. 2019.

LEWICKI, Bruno. Panorama da boa-fé objetiva. In: TEPEDINO, Gustavo (Coord.). *Problemas de direito civil Constitucional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, p. 55-75, 2001.

LIMA, Clarissa Costa de. A resolução do contrato na nova teoria contratual. *Revista de Direito do Consumidor*, v. 55, p. 85-105, jul./set. 2005.

LINZER, Peter. On the Amorality of Contract Remedies-Efficiency, Equity, and the Second Restatement. *Columbia Law Review*, v. 81, n. 1, p. 111-139, 1981.

LISBOA, Roberto Senise. *Confiança Contratual*. São Paulo: Atlas, 2012.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Teoria Geral das Obrigações*. São Paulo: Saraiva, 2005.

LOPEZ, Teresa Ancona. Princípios Contratuais. In: FERNANDES, Wanderley (Coord.). *Fundamentos e princípios dos contratos empresariais*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, p. 20-80, 2012.

LORENZETTI, Ricardo Luis. *Tratado de los contratos*. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni, 1999. t. 1.

LOUREIRO, Luiz Guilherme. *Contratos no novo Código Civil: teoria geral e contratos em espécie*. 2. ed. São Paulo: Método, 2005.

LOWISCH, Manfred. New Law of Obligations in Germany. *Ritsumeikan Law Review*, n. 20, p. 141-156, 2003.

LUCCA, Rodrigo Ramina. *O dever de motivação das decisões judiciais: Estado de Direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes*. 3. ed. rev. atual. Salvador: Jus Podivm, 2019.

LUÑO, Antonio Enrique Perez. *La seguridad jurídica*. Barcelona: Ariel, 1991.

MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. *Contratos Relacionais e Defesa do Consumidor*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MACHADO, João Baptista. Pressupostos da resolução por incumprimento. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor J. J. Teixeira Ribeiro, n. especial 2jjtr, p. 343-411, 1979.

MACNEIL, Ian Roderick. Contracts: adjustment of long-term economic relations under classical, neoclassical, and relational contract law. *Northwestern University Law Review*, v. 72, n. 6, p. 854-905, 1978.

_____. *Contracts, East Africa: Instruments for social cooperation*. South Hackensack: Fred B Rothman, 1968.

_____. Efficient breach of contract: circles in the sky. *Virginia Law Review*, v. 68, n. 5, p. 947-969, 1982.

_____. Many futures of contracts. *Southern California Law Review*, v. 47, n. 3, p. 691-816, 1974.

_____. Reflections on relational contract. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, Heildelberg, Alemanha, Editora Mohr Siebeck, Bd. 141, H. 4, p. 541-546, dez. 1985.

_____. Relational contract: What we do and do not know. *Wisconsin Law Review*, n. 3, 483-526, 1985.

_____. Relational contract theory: challenges and queries. *Northwestern University Law Review*, v. 94, n. 3, p. 877-908, 2000.

_____. *The new social contract: an inquiry into modern contractual relations*. New Haven: Yale University, 1980.

_____. Values in contract: internal and external. *Northwestern University Law Review*, v. 78, n. 2, p. 340-418, 1983-1984.

MANN, Richard; ROBERTS, Barry S. *Business law and the regulation of business*. 6. ed. United States: South-Western College Publishing, 1999.

MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. *Contratos ligados no Direito Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. *Interpretação do negócio jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. Responsabilidade contratual. Efeitos. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore (Orgs.). *Teoria Geral dos Contratos*. São Paulo: Atlas, p. 409-431, 2011.

MARINS, Lucas Gaspar de Oliveira. *Mora, Inadimplemento absoluto e adimplemento substancial das obrigações*. São Paulo, Saraiva, 2011.

MARKESINIS, Sir Basil; UNBERATH, Hannes; JOHNSTON, Angus. *The German Law of Contract. A Comparative Treatise*. 2. ed. Oregon: Hart Publishing, 2006.

MARQUES, Cláudia Lima. Cem anos de Código Civil Alemão: O BGB de 1896 e o Código Civil Brasileiro de 1916. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 13/14, p. 71-97, 1997.

_____. *Contratos no Código de Defesa o Consumidor*. O novo regime das relações contratuais. 8. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. *Concessões*. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

MARTINEZ, Pedro Romano. *Cumprimento defeituoso*. Em especial na compra e venda e na empreitada. Coimbra: Almedina, 2016.

MARTINS-COSTA, Judith. *A boa-fé no direito privado: sistema e tópica no processo obrigacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

_____. *A boa-fé no direito privado: critérios para sua aplicação*. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. *E-book*.

_____. A boa-fé objetiva e o adimplemento das obrigações. *Revista Brasileira de Direito Comparado*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 229-284, 2003.

_____. Adimplemento e inadimplemento. *Anais do Seminário “EMERJ debate o novo Código Civil”*, parte I, p. 95-113, fev./jun. 2002.

_____. A proteção da legítima confiança nas relações obrigacionais entre a administração e os particulares. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 22, p. 228-258, 2002.

_____. As cláusulas gerais como fatores de mobilidade do sistema jurídico. *Revista de informação legislativa*, v. 28, n. 112, p. 13-32, out./dez. 1991.

_____. A teoria da causa em perspectiva comparativista: a causa no sistema civil francês e no sistema civil brasileiro. *Ajuris*, ano XVI, n. 45, p. 213-244, mar. 1989.

_____. *Comentários ao novo código civil*. Do direito das obrigações. Do adimplemento e da extinção das obrigações. Arts. 304 a 388. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. v. 5. t. 1.

_____. *Comentários ao novo código civil*. Do inadimplemento das obrigações. Arts. 389 a 420. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. v. 5. t. II.

_____. O adimplemento e o inadimplemento das obrigações no novo Código Civil e o seu sentido ético solidarista. In: NETTO, Domingos Franciulli; MENDES, Gilmar Ferreira; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva (Coords.). *O novo código civil: estudos em homenagem ao Prof. Miguel Reale*. São Paulo: LTr, p. 331-359, 2003.

_____. O Direito Privado como um “sistema em construção”: as cláusulas gerais no Projeto do Código Civil Brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 35, n. 139, p. 5-22, jul./set. 1998.

_____. O novo Código Civil Brasileiro: em busca da “ética da situação”. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação Direito/UFRGS*, Porto Alegre, v.2, n. 4, p. 575-639, 2004.

_____. Reflexões sobre o princípio da função social dos contratos. *Revista Direito GV*, São Paulo, v.1, n.1, p. 44-66, mai. 2005.

MAZZEI, Rodrigo. O princípio da relatividade dos efeitos contratuais e suas mitigações. In: HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio (Coords.). *Direito Contratual: temas atuais*. São Paulo: Método, p. 189-222, 2007.

MEORO, Mario E. Clemente. *La facultad de resolver los contratos por incumplimiento*. Valencia: Tirant lo Blanch, 1998.

MELO, Diogo L. Machado de. *Cláusulas contratuais gerais*. São Paulo: Saraiva, 2008.

MIQUEL, Juan Luis. *Resolución de los contratos por incumplimiento*. 2. ed. Buenos Aires: Depalma, 1986.

MIRANDA, Pontes de. *Tratado de direito privado*. Atualizado por Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. t. XXV.

_____. *Tratado de direito privado*. Atualizado por Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. t. XXVI.

_____. *Tratado de direito privado*. Atualizado por Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. t. XXIX.

MIRANDA, Custódio da Piedade Ubaldino. *Teoria Geral do Negócio Jurídico*. São Paulo: Atlas, 1991.

MONTEIRO, André Luís. Ação de consignação em pagamento, depósito insuficiente e resultado do processo: uma reflexão a respeito da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 415, p. 27-60, jan./jun. 2012.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 1985. v. 4.

_____. *Das modalidades de obrigações*. São Paulo: Saraiva, 1959.

MORAES, Maria Celina Bodin de. A causa do contrato. *Revista Trimestral de Direito Civil*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 95-119, 2005.

MORSELLO, Marco Fábio. Análise categorial dos contratos existenciais e de lucro. In: GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello (Org.). *Estudos em homenagem a Clóvis Beviláqua por ocasião do centenário do Direito Civil codificado no Brasil*. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, p. 527-546, 2018. v. 2.

MOSCO, Luigi. *La risoluzione del contratto per inadempimento*. Napoli: Eugenio Jovene, 1950.

NADER, Paulo. *Curso de Direito Civil*. Contratos. 8. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2016. v. 3.

_____. *Curso de Direito Civil*. Direito das Coisas. 7. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2016. v. 4. *E-book*.

NALIN, Paulo; MARINHUK, Leticia. A CISG e as mutações do sistema doméstico de inadimplemento: da essencialidade da violação como justificativa para a resolução do contrato. In: FILHO, Napoleão Casado; QUINTÃO, Luisa; SIMÃO, Camila (Coords.). *Direito Internacional e Arbitragem*. Estudos em homenagem ao Prof. Cláudio Finkelstein. São Paulo: Quartier Latin, p. 491-508, 2019.

_____. Princípios do direito contratual: função social, boa-fé objetiva, equilíbrio, justiça contratual, igualdade. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore (Coords.). *Teoria Geral dos Contratos*. São Paulo: Atlas, p. 97-138, 2011.

NANNI, Giovanni Ettore. *Enriquecimento sem causa*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. O dever de cooperação nas relações obrigacionais à luz do princípio constitucional da solidariedade. In: NANNI, Giovanni Ettore (Org.). *Temas relevantes do direito civil*

contemporâneo: reflexões sobre os 5 anos do Código Civil. Estudos em homenagem ao Professor Renan Lotufo. São Paulo: Atlas, p. 283-321, 2008.

NAZ, Raoul. *Dictionnaire de droit canonique: contenant tous les termes du droit canonique avec un sommaire de l'histoire et des institutions et de l'état actuel de la discipline*. Paris: Letouzey et Ané, 1937. v. 2. t. 12.

NEGREIROS, Teresa. *Teoria do Contrato*. Novos Paradigmas. 2. ed. São Paulo: Renovar, 2006.

NERY JUNIOR, Nelson. Contratos no Código Civil. In: NETTO, Domingos Franciulli; MENDES, Gilmar Ferreira; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva (Coords.). *O novo código civil: estudos em homenagem ao Prof. Miguel Reale*. São Paulo: LTr, p. 398-444, 2003.

NEVES, Julio Gonzaga Andrade. *A suppressio (Verwirkung) no direito civil*. São Paulo: Almedina, 2016.

NOCERA, Ivan Libero. Clausola risolutiva espressa e condizione risolutiva tra autonomia contrattuale e automatismo della risoluzione. *La Nuova Giurisprudenza Civile Commentata*, Cedam, ano XXVI, n. 3, p. 239-248, mar. 2010.

NONATO, Orosimbo. *Curso de Obrigações*. Rio de Janeiro: Forense, 1959. v. 1.

_____. *Curso de Obrigações*. Rio de Janeiro: Forense, 1959. v. 2.

NORONHA, Fernando. *Direito das Obrigações*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NÖRR, Dieter. *La "Fides" en el Derecho Internacional Romano*. Madrid: Fundación Seminario de Derecho Romano "Ursicino Álvarez", 1996.

NOVOA, César Garcia. *El principio de seguridad jurídica em matéria tributaria*. Madrid: Marcial Pons, 2000.

OLIVEIRA, J. M. Leoni Lopes de. *Direito Civil*. Obrigações. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

OLIVEIRA, James Eduardo C. M. A cláusula resolutive expressa. *Revista de Doutrina e Jurisprudência*, Brasília, n. 46/47, p. 9-17, set. 1994/abr. 1995.

OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto de. *Princípios de Direito dos Contratos*. Coimbra: Coimbra Editora, 2011.

OLSON, Robert D. Substantial Performance under the Uniform Commercial Code. *Wyoming Law Journal*, v. 16, 1962.

PARDY, Bruce. Disabusing the common law of “abuse of rights”: the only legitimate rule redux. *Supreme Court Law Review*, (2d) 84, p. 201-222, 2018.

PASQUALOTTO, Adalberto. A boa-fé nas obrigações civis. In: MEDEIROS, Antonio Paulo Cachapuz (Org.). *Faculdade de direito: o ensino jurídico no limiar do novo século*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 109-135, 1997.

PEEL, Edwin. *The Law of Contract (Treitel)*. 14. ed. London: Sweet & Maxwell, 2015.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. Teoria das Obrigações. 23. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 2.

_____. *Instituições de Direito Civil*. Contratos. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. v. 3.

_____. *Lesão nos contratos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

PERILLO, Joseph M. UNIDROIT Principles of International Commercial Contracts: the black letter text and a review. *Fordham Law Review*, v. 63, n. 2, p. 281-344, nov. 1994.

PERLINGIERI, Pietro. *Codice Civile Annotato con la dottrina e la giurisprudenza: delle obbligazioni*. Bologna: Zanichelli, 1991. t. 1.

_____. Constitutional Norms and Civil Law Relationships. *The Italian Law Journal*, v. 1, n. 1, p. 17-50, 2015.

_____. *Il fenomeno dell'estinzione nelle obbligazioni*. Camerino-Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1971.

_____. *O direito civil na legalidade constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. *Perfis de Direito Civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

PICARD ET PRUD'HOMME. La Résolution Judiciaire des Contrats pour Inexécution des Obligations. *Revue Trimestrielle de Droit Civil*, 1912.

PINTO, Carlos Alberto da Mota. *Cessão da posição contratual*. Coimbra: Almedina, 2003.

PISCIOTTA, Giuseppina. *La risoluzione per inadempimento*. Milano: Giuffrè, 2000.

PROENÇA, José Carlos Brandão. *A resolução do contrato no direito civil*. Do enquadramento e do regime. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1982.

RADBRUCH, Gustav. *Filosofía del Derecho*. 2. ed. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1944.

RAMÍREZ, Federico Arcos. *La seguridad jurídica: una teoría formal*. Madrid: Dykinson, 2000.

RANDALL, John. Express Termination Clauses in Contracts. *Cambridge Law Journal*, v. 73, n. 1, p. 113-141, 2014.

REALE, Miguel. A sanção da lei que instituiu o novo Código Civil. Discurso do Prof. Miguel Reale, Supervisor da “Comissão Revisora e Elaboradora do Código Civil”. In: NETTO, Domingos Franciulli; MENDES, Gilmar Ferreira; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva (Coords.). *O novo código civil: estudos em homenagem ao Prof. Miguel Reale*. São Paulo: LTr, p. 17-19, 2003.

_____. O Código Civil após um ano de vigência. In: ALVES, José Carlos Moreira; GOZZO, Déborah; REALE, Miguel (Coords.). *Principais controvérsias no Novo Código Civil*. São Paulo: Saraiva, p. 1-8, 2006.

_____. *O Direito como Experiência*. Introdução à Epistemologia Jurídica. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

_____. *Teoria Tridimensional do Direito*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

REITER, Barry J. Good Faith in Contract. *Valparaiso University Law Review*, v. 17, n. 4, p. 705-734, 1983.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. Os conceitos indeterminados no Direito Tributário. *Revista Dialética do Direito Tributário*, n. 149, p. 63-76, fev. 2008.

RIPERT, Georges. *A Regra Moral nas Obrigações Cíveis*. 2. ed. Campinas: Bookseller, 2009.

_____. *Les forces créatrices du Droit*. 2. ed. Paris: LGDJ, 1955.

RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

ROPPO, Enzo. *O contrato*. Coimbra: Almedina, 2009.

ROSENVALD, Nelson. A função social do contrato. *MPMG Jurídico*, Minas Gerais, ano 2, n. 9, p. 10-20, abr./jun. 2007.

_____. Arts. 421 a 480 - Contratos (geral). In: PELUSO, Cezar (Coord.). *Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência*. 13. ed. Barueri: Manole, 2019.

SANTOS, João Manoel de Carvalho. *Código Civil Brasileiro Interpretado*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1958. v. 19.

SANTOS, Murilo Rezende dos. As funções da boa-fé objetiva na relação obrigacional. *Revista de Direito Privado*, São Paulo, v. 10, n. 38, p. 204-263, abr./jun. 2009.

SARMENTO, Daniel. *Direitos fundamentais e relações privadas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

SAVI, Sérgio. Inadimplemento das obrigações, mora e perdas e danos. In: TEPEDINO, Gustavo (Org.). *Obrigações: Estudos na Perspectiva Civil-Constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, p. 457-488, 2005. v. 1.

SCAFF, Fernando Campos. As novas figuras contratuais e a autonomia da vontade. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 91, p. 141-159, 1996.

SCHAUER, Frederick. Precedent. *Stanford Law Review*, v. 39, n. 3, p. 571-605, fev. 1987.

SCHIMPERNA, Pamela. Importanza dell'inadempimento nella risoluzione del contratto. *Giustizia Civile: Rivista Mensile di Giurisprudenza*, Milano, Giuffrè, v. 35, n. 10, p. 497-514, out. 1985.

SCHREIBER, Anderson. A boa-fé objetiva e o adimplemento substancial. In: HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio (Coords.). *Direito Contratual: temas atuais*. São Paulo: Método, p. 125-146, 2007.

_____. *A proibição de comportamento contraditório: tutela da confiança e venire contra factum proprium*. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2016.

_____. A tríplice transformação do adimplemento. *Revista Trimestral de Direito Civil*, Rio de Janeiro, Padma, v. 32, p. 3-27, out. 2007.

_____. *Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

_____. *Direito Civil e Constituição*. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. *Equilíbrio contratual e dever de renegociar*. São Paulo: Saraiva, 2018.

_____. *Manual de direito civil contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

SCHULZ, Alexandre Buono. *Os contratos comerciais internacionais na sociedade pós-industrial: reflexões sobre a nova lex mercatoria*. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCHUNCK, Giuliana Bonanno. *Contratos de longo prazo e dever de cooperação*. São Paulo: Almedina, 2016.

SERPA LOPES, Miguel Maria de. *Curso de Direito Civil*. Obrigações em Geral. 5. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1989. v. 2.

SERRA, Adriano Vaz. Anotação ao Acórdão do S.T.J., de 18 de Novembro de 1975. *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, ano 110, p. 332-344, 1977.

SILVA, Jorge Cesa Ferreira da. *A boa-fé e a violação positiva do contrato*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

_____. *Adimplemento e extinção das obrigações*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. *Inadimplemento das obrigações*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

SILVA, Luis Alberto da. Dirigismo contratual. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*, Minas Gerais, n. 5, p. 116-151, 1965.

SILVA, Luís Virgílio Afonso da. O proporcional e o razoável. *Revista dos Tribunais*, ano 91, v. 798, p. 23-50, abr. 2002.

SILVA, Vivien Lys Porto Ferreira. *Extinção dos contratos: limites e aplicabilidade*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SIMÃO, José Fernando. A teoria dualista do vínculo obrigacional e sua aplicação ao direito civil brasileiro. *Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo*, São Paulo, v. 3, p. 165-181, 2013.

SITZIA, Luca. Importanza dell'inadempimento. *Digesto delle discipline privatistiche*, Torino, UTET Giuridica, agg. X, p. 301-335, 2016.

SOMBRA, Thiago Luís Santos. *Adimplemento contratual e cooperação do credor*. São Paulo: Saraiva, 2011.

SOUZA, Bruno Preti de. A teoria do adimplemento substancial no Direito Penal. *Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal*, n. 54, p. 43-64, jun./jul. 2013.

SPALLAROSSA, Maria Rosa. Importanza dell'inadempimento nella risoluzione del contratto. *Rivista di Diritto Civile*, Padova, Cedam, n. 5, p. 453-480, 1972.

SPEIDEL, Richard E. The characteristics and challenges of relational contracts. *Northwestern University Law Review*, v. 94, n. 3, p. 823-846, 2000.

STOLJAR, Samuel Jacob. *A History of Contract at Common Law*. Canberra: Australian National University Press, 1975.

_____. Dependent and Independent Promises: a study in the history of contract. *Sydney Law Review*, v. 2, p. 217-252, 1957.

STONE, Richard. *The modern law of contract*. 5. ed. London: Cavendish Publishing Limited, 2002.

SUMMERS, Robert S. Good faith in general contract law and the sales provisions of the Uniform Commercial Code. *Virginia Law Review*, v. 54, n. 2, p. 195-267, mar. 1968.

TABBAH, Bichara. La trilogie: sécurité, justice et progrès social. In: ROUBIER, Paul (Org.). *Mélanges en l'honneur de Paul Roubier: théorie générale du droit et droit transitoire*. Paris: Librairie Dalloz & Sirey, p. 459-468, 1961. t. 1.

TARTUCE, Flávio. *A "Lei da Liberdade Econômica" (Lei n. 13.874/2019) e os seus principais impactos para o direito civil*. Segunda parte. Mudanças no âmbito do direito contratual. Disponível em: < http://www.flaviotartuce.adv.br/assets/uploads/artigos/a77b7-lei-liberdade-economica-2_revisado.doc >. Data de acesso: 29 nov. 2019.

TAVARES, André Ramos. *Direito Constitucional Econômico*. 3. ed. São Paulo: Método, 2011.

TENENBAUM, Aline; CHAINAIS, Cécile; GUILLAUME, Ghislain. Good Faith. In: FAUVARQUE-COSSON, Bénédicte; MAZEAUD, Denis (Orgs.). *European Contract Law*. Materials for a Common Frame of Reference: Terminology, Guiding principles, Model Rules. München: Sellier, 2008.

TEPEDINO, Gustavo. A razoabilidade e a sua adoção à moda do jeitão. *Revista Brasileira de Direito Civil*, v. 8, p. 6-8, abr./jun. 2016.

_____. *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. v. 2.

_____. *Temas de Direito Civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. t. 1.

_____. *Temas de Direito Civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. t. 3.

_____; SCHREIBER, Anderson. A boa-fé objetiva no Código de Defesa do Consumidor e no Novo Código Civil. In: TEPEDINO, Gustavo (Org.). *Obrigações: Estudos na Perspectiva Civil-Constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, p. 29-44, 2005. v. 1.

TERRA, Aline de Miranda Valverde. A questionável utilidade da violação positiva do contrato no direito brasileiro. *Revista de Direito do Consumidor*, v. 105, p. 181-205, set./out. 2015.

_____. *Cláusula resolutiva expressa*. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

_____; GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz. Adimplemento substancial e tutela do interesse do credor: análise da decisão proferida no Resp 1.581.505. *Revista Brasileira de Direito Civil*, Belo Horizonte, v. 11, p. 95-113, jan./mar. 2017.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Efeitos externos do contrato*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

THEODORO NETO, Humberto. *O contrato e sua função social*. A boa-fé objetiva no ordenamento jurídico e a jurisprudência contemporânea. 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. Boa-fé no código civil brasileiro: dez anos de experiência. In: CASSETARI, Christiano (Org.). *10 anos de vigência do Código Civil brasileiro de 2002: estudos em homenagem ao professor Carlos Alberto Dabus Maluf*. São Paulo: Saraiva, p. 308-323, 2013.

TRIMARCHI, Pietro. *Il contratto: inadempimento e rimedi*. Milano: Giuffrè, 2010.

UNITED NATIONS. United Nations Commission on International Trade Law. *Digest of case law on the United Nations convention on contracts for the international sale of goods*. Viena: United Nations, 2016.

USTÁRROZ, Daniel. A resolução do contrato no novo Código Civil. *Revista Jurídica*, Porto Alegre, Notadez, v. 304, n. 36, 2003.

_____. As origens da boa-fé objetiva no novo Código Civil. *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*, jan. 2003.

VALIM, Rafael. *O princípio da segurança jurídica no Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2010.

VANOSI, José Reinaldo A. *Teoria constitucional*. Buenos Aires: Depalma, 1975.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil*. Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. v. 2.

VIVANTE, Cesare. La risoluzione della vendita commerciale e il termine essenziale. *Rivista del diritto commerciale e del diritto generale delle obbligazioni*, v. 17, p. 646-652, 1919.

VON BAR, Christian; CLIVE, Eric; SCHULTE-NÖLKE, Hans. *Principles, Definitions and Model Rules of European Private Law: Draft Common Frame of Reference (DCFR)*. Munique: Sellier European Law Publishers, 2009. v. 2.

WALD, Arnaldo. *Curso de direito civil brasileiro*. Obrigações e contratos. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

_____. *Direito civil*. Introdução e parte geral. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

WESTERMANN, Harm Peter. *Curso de Direito Civil Alemão*. Direito das Obrigações. Parte Geral. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1983.

WIEACKER, Franz. *El principio general de la buena fe*. Prólogo de Luis Díez-Picazo. Madrid: Civitas, 1977.

_____. *História do direito privado moderno*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.

WILHELMSSON, Thomas. Need-Rationality in Private Law?. In: WILHELMSSON, Thomas (Coord.). *Twelve Essays on Consumer Law and Policy*. Helsinki: Publications of the Department of Private Law of the University of Helsinki, p. 223-231, 1996.

_____. Regulação de cláusulas contratuais. *Revista de Direito do Consumidor*, n. 18, p. 9-22, jun. 1996.

WILL, Michael. Article 25. In: BIANCA, Massimo; BONELL, Michael Joachim (Coords.). *Commentary on the International Sales Law: the 1980 Vienna Sales Convention*. Milano: Giuffrè, p. 205-221, 1987.

WILLISTON, Samuel. *A selection of cases on the law of contracts*. Boston: Little, Brown and Company, 1904. v. 2.

WOLFF, Max J. Substantial Performance of Contracts in New York. *Cornell Law Review*, v. 16, p. 180-200, fev. 1931.

ZANETTI, Cristiano de Souza. A perda de interesse do credor. In: BENETTI, Giovana; CORRÊA, André Rodrigues; FERNANDES, Márcia Santana; NITSCHKE, Guilherme Carneiro Monteiro; PARGENDLER, Mariana; VARELA, Laura Beck (Orgs.). *Direito, Cultura, Método*. Leitura da obra de Judith Martins-Costa. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, p. 765-787, 2019.

_____. A transformação da mora em inadimplemento absoluto. *Revista dos Tribunais*, n. 942, p. 117-139, abr. 2014.

LISTA DE CASOS

INGLATERRA

Bettini v Gye (1876) 1 Q.B.D 183.

Bolton v. Mahadeva (1972) 1 W.L.R. 1009.

Boone v. Eyre (1777) 1 H. Bl. 273n.

Campbell v. Jones (1796) 6 T.R. 570.

Cehave N.V. v. Bremer (1976) 1 Q.B. 44.

Cutter v Powell (1795) 101 E.R 573.

Davidson v. Gwyne (1810) 12 East 381.

Decro-Wall International S.A. v. Practitioners in Marketing Ltd. (1971) 1 W.L.R. 361.

Duke of St. Albans v. Shore (1789) 1 H. Bl. 270.

Graves v. Leggs (1854) 9 Exch. 709.

Hayes v. Bickerstaff (1675) 1 Freem. 194, 2 Mod. 34, Vaugh. 118.

H. Dakin & Co. Ltd. v. Lee (1916) 1 K.B. 566.

Hoening v. Isaacs (1952) 2 All E.R. 176.

Hongkong fir Shipping Co. Ltd. v. Kawasaki Kisen Kaisha Ltd. (1962) 2 Q.B. 26.

Hunlock v. Blacklowe (1670) 1 Mod. 64, 1 Sid. 464, 2 Keb. 674.

Kingston v. Preston (1773) 2 Doug. 689.

Lomas v. JFB Firth Rixson Inc. et all (2012) E.W.C.A. Civ 419.

Maredelanto Compania Naviera S.A. v. Bergbau Handel G.m.b.H (1971) 1 Q.B. 164.

Parkin v. Thorold (1852) 16 Beav. 59.

Pinnel's Case (1602) 5 Co. Rep. 117a.

Rice v Great Yarmouth Borough Council (2000) All E.R. (D) 902.

Schroeder Music Publishing Co Lts v Macaulay (1974) 1 W.L.R. 1308.

Sumpter v. Hedges (1898) 1 Q.B. 673.

Telford Homes (Creekside) Ltd v Ampurius Nu Home Holdings (2013) E.W.C.A. Civ 577.

The Hansa Nord Case (1976) Q.B. 44.

Valilas v. Januzaj (2015) 1 All. E.R. Comm 1047.

Wickman Machine Tool Sales Ltd. v. L. Schuler A.G. (1972) 2 All. E.R. 1173.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Andre v. Maguire, 305 Mass. 515, 516 (Mass. 1940).

Cookson v. Western Oil Fields, Inc., 465 F.2d 460 (10th Cir. 1972).

DeJesus v. Cat Auto Tech Corp., 161 Misc. 2d 723 (N.Y. Misc. 1994).

Della Ratta, Inc. v. American Better Community Developers, Inc., 38 Md. App. 119 (1977).

Dixon v. Nelson, 79 S.D. 44 (S.D. 1961).

Drost et al. v. Professional Bldg. Serv. Corp., 153 Ind. App. 273 (Ind. Ct. App. 1972).

Dubaldo Electric v. Montagno Construction, 2008 Ct. Sup. 2365 (2008).

Gillespie Tool Co. v. Wilson, 123 Pa. 19, 16 A. 36 (1888).

Haywood v. Leonard, 7 Pick. 181 (Mass. 1828).

Jacob & Youngs, Inc. v. Kent, 230 N.Y. 239 (1921).

Jardine Estates v. Donna Brook Corp., 42 N.J. Super. 332, 338 (N.J. Super. 1956).

Jones Hotchkiss Co. v. Davenport, 74 Conn. 418, 420-21 (Conn. 1902).

Joseph Freed, Inc. v. Cassinelli Apparel, 23 Ohio St. 3d 94, 97-98 (Ohio 1986).

Kelley v. Hance, 108 Conn. 186 (Conn. 1928).

Kirke La Shelle Company v. The Paul Armstrong Company et al. (1933) 263 N.Y. 79.

Loggins v. Gates, 301 S.W.2d 525 (Tex. App. 1957).

Mackey v. Eva, 80 Idaho 260, 262 (Idaho 1958).

Martin v. Karsh, 142 Cal.App.2d 468, 470 (Cal. Ct. App. 1956).

Meckelway v. Armour, 10 N.J. Eq. 115 (1854).

Newcomb v. Schaeffler, 131 Colo. 56 (Colo. 1955).

Norrington v. Wright, 115 U.S. 188 (1885).

Pomerantz Paper v. New Comm. Corp., 207 N.J. 344 (N.J. 2011).

Pullman v. Corning, 9 N.Y. 93 (1853).

Reynolds v. Armstead, 166 Colo. 372, 375-76 (Colo. 1968).

Spence v. Ham, 163 N.Y. 220 (N.Y. 1900).

Stillwell & Bierce Mfg. Co. v. Phelps, 130 U.S. 520 (1889).

Tortolani v. Diwinsky, 89 R.I. 283 (R.I. 1959).

ITÁLIA

Cass., 31-7-1987, n. 6643. *Il Foro Italiano*, v. 111, Parte Prima: Giurisprudenza Costituzionale e Civile, p. 138-143, 1988.

Cass., 29-5-2006, n. 12801.

Cass., 18-2-2008, n. 3954.

PORTUGAL

Ac. STJ de 03/07/1997, SJ199707030009162, Rel. Miranda Gusmão.

Ac. Rel. Pt. de 20/02/2006, RP200602200554796, Rel. Marques Pereira.

Ac. Rel. Co. de 12/02/2008, 1283/06.8TBAGD.C1, Rel. Hélder Roque.

Ac. STJ de 09/09/2008, SJ200809090019221, Rel. Alves Velho.

Ac. STJ de 17/01/2012, STJ201247306.8TVLSB.L1.S1.4^a, Rel. Alves Velho.

Ac. STJ de 15/01/2015, 473/12.9TVLSB.L1.S1, Rel. Tavares de Paiva.

Ac. STJ de 24/02/2015, STJ20151227128TVLSB.L1.S1.49, Rel. Ana Paula Boularot.

Ac. STJ de 07/05/2015, 62/11.5TBACN.C1.S1, Rel. Lopes do Rego.

Ac. STJ de 06/09/2016, 6514/12.2TCLRS.L1.S1, Rel. Garcia Calejo.

Ac. STJ de 12/09/2019, 50/17.8T8LRA.C1.S1, Rel. Oliveira Abreu.